

Relatório

Registo de descrição

Data relatório
2023-12-02

Registo PT/BP/BP-SB-RB - Rodrigues & Barros

Nível de descrição	SSF
Código de referência	PT/BP/BP-SB-RB
Código de referência Nyron	BP/DSP/RB
Título	Rodrigues & Barros
Datas de produção	1924-03-14 - 1977-02-10
Dimensão e suporte	1 Caixa ; Papel
Entidade detentora	Banco de Portugal
História administrativa/biográfica/familiar	<p>Desconhecemos a data em que a firma Rodrigues & Barros iniciou a sua atividade. Sabemos, contudo, que em 14 de março de 1924, ao abrigo do art.º 3º, do Decreto nº 9461, de 01 de março, a firma requereu autorização para continuar a exercer a indústria cambista, atividade já efetuada "desde há muito". Por escritura de 23 de dezembro de 1929 foi a firma oficialmente constituída, com a sede estabelecida na Rua João Távira, no Funchal. A sociedade em nome coletivo Rodrigues & Barros tinha por objeto a exploração do comércio de câmbios, tendo sido constituída com o capital social de 30.000\$00. Por deferimento de 04 de abril de 1924 foi a firma autorizada a continuar a exercer a indústria no seu estabelecimento, tendo sido emitida nessa data a licença com a autorização para negociar em títulos, cupões, ouro, prata e moedas nacionais, e moedas e notas estrangeiras. Em 07 de agosto de 1925 a licença foi renovada. Por despacho de 05 de janeiro de 1928, a firma Rodrigues & Barros foi caucionada em 20.000\$00.</p> <p>Por autorização concedida em 1931, pela Direção Geral das Alfândegas, estava a firma autorizada a mandar um empregado a bordo dos navios que aportavam no Funchal, com a finalidade de efetuar troca de moedas. Em 1938, por requerimento de 11 de julho, foi pedida autorização para poder efetuar a troca de notas dos bancos sul-africanos por notas do Banco de Inglaterra. Por Despacho de 17 de agosto de 1938 foi-lhe deferida a pretensão.</p> <p>Em cumprimento das novas disposições legais que regulavam as instituições financeiras nacionais, e dando cumprimento ao Decreto-Lei nº 42641, de 12 de novembro de 1959, a firma aumentou o seu capital social para 140.000\$00, pela escritura lavrada nas notas de Frederico de Freitas, a 05 de novembro de 1960. Segundo a alteração verificada, eram, à data, sócios em partes iguais, Júlio Sousa e Barros e Alice da Conceição Nunes de Barros. Por escritura realizada em 27 de dezembro de 1962, o capital social da firma é novamente aumentado, para o montante de 240.000\$00.</p> <p>Em 1963, por falecimento do sócio Júlio de Sousa e Barros, a sua quota passou para os herdeiros. Nesse mesmo ano a firma foi intimada a elevar a caução para 100.000\$00.</p> <p>Em 1969, por falecimento da sócia Alice de Barros, foi efetuado um exame à escrita da firma, onde estava evidenciado o fraco movimento e os magros lucros que a casa cambista tinha obtido nos últimos exercícios.</p> <p>Após abril de 1974 a situação económica e política no país, alterou-se profundamente. Em 1975, a banca nacional foi nacionalizada e em 1976, o Decreto-Lei nº 167/76, de 01 de março, cancelou todas as autorizações concedidas às casas de câmbios para o exercício do seu comércio, com efeitos a partir de 30 de junho desse ano. Perante a situação, em 22 de novembro de 1976, a firma Rodrigues & Barros solicitou o levantamento da sua caução.</p>
Sistema de organização	Cronológico
Existência e localização de cópias	Nenhuma